

## Declaração de Pessoa Politicamente Exposta

<b>Nome Participante:</b>	
<b>Email Pessoal:</b>	
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>
Em cumprimento às exigências da Instrução PREVIC nº 34 de 28/10/2020 (informar se exerce ou exerceu nos últimos 5 anos, função pública relevante, assim como funções relevantes em organizações internacionais, bem como seus representantes, familiares e outras pessoas de relacionamento próximo).	
<input type="checkbox"/> <b>Sim</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b>	

### Definição de Pessoa Politicamente Exposta

Considera-se pessoa politicamente exposta, o agente público que desempenha ou tenha desempenhado, **nos últimos cinco anos**, no Brasil ou no exterior, cargo, emprego ou função pública relevante, assim como seus representantes, familiares [são considerados familiares os parentes em linha direta até o segundo grau: pais, avós, filhos(as), netos(as), cônjuge, companheiro(a), enteado(a)], estreitos colaboradores (pessoas naturais que são conhecidas por terem sociedade ou propriedade conjunta em pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, que figurem como mandatárias, ainda que por instrumento particular, ou possuam qualquer outro tipo de estreita relação de conhecimento público com uma pessoa exposta politicamente e pessoas naturais que têm o controle de pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, conhecidos por terem sido criados para o benefício de uma pessoa exposta politicamente) e outras pessoas de relacionamento próximo.

Consideram-se pessoas politicamente expostas **brasileiras**:

- os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;
- os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União:
  - a) de Ministro de Estado ou equiparado;
  - b) de Natureza Especial ou equivalente; e
  - c) de Presidente, Vice-Presidente e Diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta;
  - d) do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, nível 6, e equivalentes;
- os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;
- os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;
- os membros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;
- os Presidentes e Tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;
- os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os Presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os Presidentes de Tribunais de Justiça, Militares, de Contas ou equivalentes de Estado e do Distrito Federal;
- os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais, os Presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas de Municípios ou equivalentes.

Considera-se pessoa politicamente exposta **estrangeira** a que exerce ou exerceu importantes funções públicas em um país estrangeiro; como por exemplo:

- os chefes de estado ou de governo;
- os políticos de escalões superiores;



- os ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;
- os oficiais gerais e membros de escalões superiores do poder judiciário;
- os executivos de escalões superiores de empresas públicas;
- os dirigentes de partidos políticos.
- os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

Estou ciente que deverei manter permanentemente atualizadas as informações declaradas, comprometendo-me a prestar nova declaração caso ocorra qualquer alteração na minha situação, de meus representantes ou de meus familiares.

Estou ciente que devo informar à Previ Novartis sobre meu enquadramento na FATCA “*Foreign Account Tax Compliance Act*”, lei norte-americana de combate à evasão fiscal no país em relação a rendimentos e outros ganhos de investimentos feitos fora dos Estados Unidos por cidadãos estrangeiros com obrigações fiscais nos Estados Unidos, designadas “US Person” (Pessoa Americana), por forma do Acordo celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, promulgado pelo Decreto nº 8.506, de 24/8/2015.

Em observância à Lei nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), autorizo a Previ Novartis a realizar o tratamento dos meus dados pessoais, utilizando tais informações tão somente para os fins lícitos e previstos neste Requerimento de Pensão por Morte e execução do contrato previdenciário celebrado. Para informações sobre o tratamento de dados pessoais realizado pela Previ Novartis, declaro que tive ciência sobre a Política de Privacidade da Previ Novartis, disponível no site institucional (<https://www.previnovartis.com.br/>) e no Aplicativo mobile denominado como Previ Novartis.

Local/Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura